



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

DIPLOMAS RELEVANTES

PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA



GABINETE JURÍDICO

DE 18 A 22 DE FEVEREIRO | 2019

DESTAQUES

[DECRETO-LEI N.º 29/2019 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 36/2019, SÉRIE I DE 2019-02-20](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Estabelece a atualização da base remuneratória da Administração Pública

[Resumo em Linguagem Clara | Summary in plain english](#)

[DESPACHO N.º 1741-A/2019 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 34/2019, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2019-02-18 11](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS - GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

Homologa o Parecer n.º 6/2019 do Conselho Consultivo da Procuradoria-Geral da República, de 15 de fevereiro, na parte relativa aos fundos de greve e às conclusões aí extraídas quanto à ilicitude de uma greve financiada através do recurso a mecanismos de financiamento colaborativo (crowdfunding)

[PARECER N.º 35/2018 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 34/2019, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2019-02-18](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Greve dos Enfermeiros

[PARECER N.º 6/2019 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 34/2019, 2º SUPLEMENTO, SÉRIE II DE 2019-02-18](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Greve dos Enfermeiros

Cofinanciado por:



[Lei n.º 19/2019 - Diário da República n.º 35/2019, Série I de 2019-02-19](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Sexta alteração à Lei da Organização do Sistema Judiciário, aprovada pela [Lei n.º 62/2013](#), de 26 de agosto, e segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 49/2014](#), de 27 de março, que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais

[DESPACHO N.º 1786/2019 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 36/2019, SÉRIE II DE 2019-02-20](#)

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL - GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO EMPREGO

Comissão técnica para elaboração de estudos preparatórios de portaria de condições de trabalho para trabalhadores administrativos

[RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 46/2019 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 38/2019, SÉRIE I DE 2019-02-22](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Cria o Portal «ePortugal», sob o domínio eportugal.gov.pt, que sucede ao Portal do Cidadão e ao Balcão do Empreendedor

JURISPRUDÊNCIA[ACÓRDÃO DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL N.º 73/2019 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 37/2019, SÉRIE I DE 2019-02-21](#)

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma constante do n.º 2 do artigo 33.º da [Portaria n.º 419-A/2009](#), de 17 de abril, na sua redação originária, que determina que «a reclamação da nota justificativa está sujeita ao depósito de 50 % do valor da nota»